

PREFEITURA DE CATAGUASES

PORTARIA N° 281/2022

Nomeia membros da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Cataguases e dá outras providências.

José Henriques, prefeito de Cataguases, no uso de suas atribuições legais, conforme artigo 85, inciso II, "c" e, na forma de sua competência privativa de que tratam os incisos II e VII, do artigo 60, todos da Lei Orgânica Municipal, considerando ainda o disposto no artigo 51 e seus parágrafos da Lei Federal n° 8.666/93, de 11 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art.1° - Nomear a Comissão Permanente de Licitação, que será composta pelos seguintes servidores, sob a presidência do primeiro:

- a) Murilo de Paula Abrita;
- b) Alexandre Miranda Almeida;
- c) Claudilei Matheis Garcia da Silva;
- d) Fabrício Andrade Cruz;
- e) Geisa Sandie de Moraes
- f) Lídia Pereira Dias Marques .

Art.2° - Compete à Comissão o processamento e julgamento das habilitações preliminares e propostas apresentadas pelos licitantes nos certames licitatórios instaurados, bem como o julgamento do pedido de inscrição no registro cadastral de fornecedores da Coordenadoria de Compras, sua alteração e cancelamento.

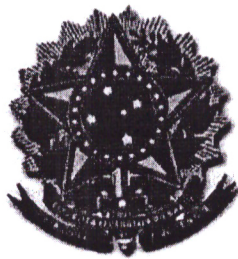
Art.3° - A Comissão receberá assessoria jurídica, quando solicitada, da Procuradoria Geral do Município, através de seu Procurador Geral ou profissional por este indicado.

Art.4° - No caso de licitação na modalidade de convite, até a fase de abertura dos envelopes contendo as propostas dos licitantes, o julgamento e processamento poderão ser realizados por qualquer um dos membros da Comissão, devendo a decisão conclusiva ser expedida, obrigatoriamente, na presença de todos.

Art.5° - O Presidente poderá solicitar previamente ao órgão competente que designe um servidor pertencente ao seu quadro de servidores, para compor a referida Comissão.

Art.6° - Os trabalhos realizados em sessão serão secretariados por um dos membros da comissão, designados pelo Presidente.

Art.7° - O prazo de mandato da respectiva Comissão será de 01 (um) ano, conforme preceitua o § 4° do art. 51 da Lei Federal n.º 8.666/1993.



PREFEITURA DE CATAGUASES

Art. 8º – Durante o mandato, o período em que os membros da Comissão estiverem à disposição dos trabalhos e das sessões licitatórias, será considerado como tempo de efetivo serviço.

Art. 9º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito.
Cataguases, 07 de junho de 2022.



JOSÉ HENRIQUES
PREFEITO